



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

***ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO
VINTE E TRÊS DE ABRIL***

Acta nº 2/2024

No dia vinte e três do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro teve lugar a 2ª Sessão Ordinária de 2024, realizada na Sala D. Afonso Henriques no Convento São Francisco, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

- *Informação escrita do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal*
- *Grupos Políticos*

2. Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Coimbra relativos ao exercício de 2023

- *Inventário Municipal*
- *Aplicação de Resultados*
- *Certificação Legal de Contas*

3. Alteração Modificativa ao Orçamento nº2 de 2024

4. Relatório e documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra relativos ao exercício de 2023

- *Aplicação de Resultados*
- *Certificação Legal de Contas*

5. AC – Águas de Coimbra, E.M. – Relatórios e Contas 2024 Conhecimento

6. Prodeso - Ensino Profissional, E.M., Lda. – Reposição de equilíbrio financeiro – Contas 2023
Conhecimento

6.1. Relatório de execução do Contrato-Programa de Delegação de Competências Conhecimento

6.2. Contrato-Programa de Delegação de Competências da CMC na Prodeso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- 7. Alteração da estrutura orgânica dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra*
- 8. Contrato de Financiamento Reembolsável à operação da POSEUR-01-1407-FC-000065 “Promoção da eficiência energética da frota dos SMTUC III”*
- 9. Alienação de prédios do domínio privado municipal em hasta pública*
- 10. Comunidades de Energia Renovável (CER) – Bairros Sociais*
- 11. Prorrogação do prazo de vigência da Suspensão Parcial e das respetivas Medidas Preventivas do Plano Diretor Municipal (PDM)*
- 12. Projeto para a execução da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Area Empresarial da Pedrulha*
- 13. Freguesias/União das Freguesias*

Relatório de Execução e Plano de Calendarização de janeiro a março de 2024 Conhecimento

 - 13.1. Autos de Transferências de Competências - Aditamento n.º 2*
 - 13.2. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para 2024 a 2025 na Freguesia de São João do Campo e na União das Freguesias de Assafarge e Antanho, em matéria de Proteção Civil*
- 14. Nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas*
- 15. Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição 2023* Conhecimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Participaram nesta sessão os seguintes membros da Assembleia Municipal:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos diretos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Vítor Parola, Luís Silva, Tiago Bolhão, Ângela Correia, Juvenal Sousa, Isabel Garcia, António Vilhena, Ramiro Santos, Jorge Fernandes e Arménio Ferraz.

Eleitos por inerência

António Coelho, João Marques, José Santos, Joaquim Pereira, Nuno Ribeiro, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, João Pimenta, Horácio Costa e Jorge Veloso.

Grupo Municipal (PPD/PSD)

Eleitos diretos

Graça Oliveira, Carlos Figueiredo, Susana Reis, Paulo Lopes, Teresa Gaspar, Ana Neto.

Eleitos por inerência

Diogo Fagundes, António Teodoro, João Campos, Luís Correia e José Simão.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos diretos

João Pinto Ângelo, Luísa Silva e Rui Mendes.

Eleitos por inerência

Victor Carvalho e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Nós Cidadãos (NC):

Eleitos diretos

Lúcia Ferraz, Nunes da Silva, Rui Rodrigues e Susana Naia.

Eleitos por inerência

Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos diretos

Jorge Almeida, Helena Mendes, José Castro e Hugo Oliveira

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos diretos

João Malva e Graça Simões.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira

Deputado Municipal do Chega

Fernando Duque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presenças da Câmara Municipal:

Além do Presidente da Câmara José Manuel Silva e do Vice-Presidente Francisco Veiga, estiveram presentes os Vereadores, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Oliveira, Miguel Fonseca, José Dias, Hernâni Caniço e Rosa Cruz.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal, Luís Marinho, que foi secretariado por Graça Simões, como Primeira Secretária, e Paulo Cardoso como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do nº 1 do artigo do 13º do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de abril de 2015, bem como nos termos do nº 1 do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, do seguinte preenchimento de vagas:

Grupo Municipal do PS:

O Deputado Municipal Rui Claro apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Ramiro Santos**.

A Deputada Municipal **Ana Janelas** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituída pela Deputada Municipal **Elisabete Lemos** que também, apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Jorge Fernandes**

O Deputado Municipal **David Ferreira da Silva** apresentou de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Margarida Branco**, que também, apresentou pedido de suspensão de mandato para esta sessão, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Arménio Ferraz**.

O Deputado Municipal **José Salgado** apresentou pedido de suspensão de mandato para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Nuno Ribeiro**.

Grupo Municipal do PPD/PSD:

O Deputado Municipal **Martim Syder** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Teresa Gaspar**.

A Deputada Municipal **Lídia Pereira** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Diogo Rodrigues** que também apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Ana Neto**.

O Deputado Municipal **José Rodeiro** apresentou pedido de suspensão de mandato para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Diogo Fagundes**.

Grupo Municipal do NC:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Deputada Municipal **Lara Martins** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Pedro Cunha** que também apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Mário Albino** que apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Susana Naia**.

Grupo Municipal da CDU:

O Deputado Municipal **Manuel Rocha** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Rui Mendes**.

Grupo Municipal do CDS-PP:

A Deputada Municipal **Margarida Pocinho** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Hugo Oliveira**.

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

O Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão encetando as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

Verificou a existência de *quórum*, tendo, em consequência, submetido a Ordem de Trabalhos à apreciação da Assembleia, que foi *aprovada*, uma vez que não foram apresentadas objeções.

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Assembleia

Apresentou as duas moções depositadas na Mesa, uma relativa à Bienal Anozero, proposta pelo CpC e outra referente ao ponto 9 da Ordem de Trabalhos, proposta pelo PS. Referiu que a Moção proposta pelo PS, tinha sido emendada no ponto 4.

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio08:43 a 08:58 minutos - 1ª gravação\)](#)

Questionou se o documento apresentado pelo PS constituía uma moção, apresentada formalmente à Mesa, para ser votada no Período antes da Ordem do Dia.

Intervenção do Presidente da Assembleia

Esclareceu que a Moção tinha sido distribuída pelos Líderes dos Grupos Políticos no dia anterior, mas se os seus subscritores entendessem alterar o texto a Mesa aceitaria a emenda, naturalmente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Lembrou que a Sessão Solene do dia 25 de abril, este ano, contava com a Assembleia Municipal Jovem e convidou todos os membros da Assembleia Municipal a participar.

Cedeu a palavra ao munícipe Adelino Gonçalves para intervir no âmbito da Estação Intermodal.

Intervenção do Público, nos termos do artigo 72º do Regimento da Assembleia Municipal

Propôs-se falar em nome de um coletivo de três cidadãos e de 673 subscritores da *Petição Parque Multimodal do Choupal*, para trazer o Plano de Pormenor da Estação Intermodal de Coimbra (PPEIC). Apresentou o programa Parque Multimodal do Choupal: um parque urbano que liga o Choupal à Baixa e que integra, além da estação intermodal, uma incubadora de empresas para uma economia verde e azul, o pavilhão multiusos previsto no Plano Diretor Municipal e instalações para o desporto e o convívio. A proposta prevê, também, muitos metros quadrados para serviços, escritórios, comércio e habitação, incluindo habitação a custos controlados.

Suscitou um conjunto de questões:” *qual é o programa que as forças políticas de Coimbra defendem para a área de intervenção do Plano de Pormenor e quais são as características que defendem para o espaço urbano resultante de toda a área de intervenção? Qual é o programa que a Câmara Municipal de Coimbra está a definir para esta nova centralidade?*

Qual é, por exemplo, o papel de 3 torres de 60 metros na centralidade que a Câmara de Coimbra defende? Ou trata-se de uma operação imobiliária da IP para pagar o investimento na alta velocidade em Coimbra? Qual é o papel que desempenha nesta nova centralidade, a hipotética ponte rodoviária do IC2, que irá tapar as torres e condenar definitivamente esta parte do centro da cidade a ser atravessada por 60% dos veículos que nela circulam e não querem vir para o centro da cidade?”

Intervenção do Presidente da Assembleia

Explicou que não havia lugar a debate autónomo porque não se tratava de um ponto da Ordem de Trabalho, mas quem quisesse comentar a intervenção feita pelo peticionário podia fazê-lo em sede de Período Antes da Ordem do Dia.

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio22:30 a 32:32 minutos - 1ª gravação\)](#)

Reagiu à intervenção do arquiteto Adelino Gonçalves e partilhou da preocupação com o envolvimento da cidade na discussão estruturante para frente ribeirinha.

Afirmou que a Bienal Anozero “*é uma lufada*” de arte contemporânea e de cultura na vida de Coimbra, projetando a cidade bem para lá dos limites da região, do país, da Europa.

Acrescentou que o Mosteiro e Bienal “*tornaram-se organicamente dependentes, vivem um do outro numa relação que partilha património, história, estética, cultura, espaço público de cidade*” (...) e que “*transferir a Bienal para outro qualquer espaço da cidade, perdendo a ligação única e umbilical com o Mosteiro, é capitular... trocar o bem de todos pelas prioridades de alguns*”

Esclareceu que o CpC não defende que o espaço do Mosteiro fique propriedade exclusiva da coabitação com a Bienal, mostrando a possibilidade de criar outros projetos arrojados que transformem o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova numa grande Casa da Cultura em Coimbra, e que adicionem valor à Bienal. Uma casa com espaços e oficinas criativas, um espaço com residências artísticas, um espaço das comunidades artísticas de Coimbra e das comunidades artísticas que nos visitam e que nos procuram.

Concluiu, com a apresentou a Moção:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida a 23 de Abril de 2024, aprova a presente Moção pela valorização da Bienal Anozero, considerando que:

- 1) A Bienal Anozero afirmou-se como um espaço de arte contemporânea, e de cultura, de matriz única, diferenciando e prestigiando Coimbra e Portugal no contexto Europeu e Global;*
- 2) A matriz identitária da Bienal Anozero é indissociável do seu espaço sede, o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova e a sua cerca;*
- 3) O conjunto edificado e a cerca do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova são património físico e cultural de Coimbra, classificado como Monumento Nacional (1910) e deve permanecer plenamente disponível para uso público;*
- 4) A Bienal Anozero não é compatível com a coexistência de um grande hotel de luxo no Mosteiro de Santa Clara-a-Nova;*
- 5) A transferência da Bienal Anozero para outras instalações na cidade não é conciliável com a matriz identitária que afirmou globalmente este grande projeto cultural;*
- 6) A Assembleia Municipal de Coimbra delibera que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra articule as medidas necessárias, com os mais altos representantes do Governo, e do Programa REVIVE, para criar condições que permitam a manutenção da Bienal Anozero, com máxima centralidade, no espaço do antigo quartel militar do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova e na sua cerca. As soluções a implementar podem, eventualmente, ser articuladas com projetos complementares desde que adicionem valências e impacto à Bienal Anozero enquanto epicentro de um polo de cultura na margem esquerda do Rio Mondego.*
- 7) Em circunstância alguma é aceitável fragilizar, terminar, ou criar condições para que termine este evento que tanto prestigia Coimbra e a sua cultura – a Bienal Anozero.*

Intervenção do Presidente da Assembleia

Referiu que existia mais uma *Moção* e propôs que a discussão se fizesse de acordo com a vontade dos deputados se pronunciarem sobre “as duas linhas mestras” do debate antes do Período da Ordem do Dia.

Intervenção do Deputado Municipal Vítor Parola (PS) [*\(áudio 34:02 a 39:03 minutos - 1ª gravação\)*](#)

Apresentou a *Moção* proposta pelo Partido Socialista:

” Na sequência da última reunião da Assembleia Municipal de Coimbra, no passado dia 22 de Fevereiro, mais concretamente, quanto á discussão havida sobre a alienação de prédios do domínio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

privado municipal em “Hasta Pública”, o Partido Socialista, após ter esgrimido fundamentação para que o processo não fosse assim conduzido pela CMC, dado exigir-se Transparência na gestão dos dinheiros públicos, instigou o Sr. Presidente da CMC a retirar a proposta de votação da Ordem de Trabalhos, tal como se encontrava, sob pena de a mesma ter o seu voto contra. O Sr. Presidente da CMC, entendeu assim proceder, e colocada à votação a retirada de tal ponto, a AM votou favorável.

Tendo por base a retirada da votação do ponto em causa, protelada para uma próxima AM, e assim, a obtenção de uma decisão deste órgão, entendeu a Cooperativa Mondego pela oportunidade que se apresentava, face a este adiamento, que teria todo o interesse convidar todos os grupos parlamentares com assento naquele órgão, para, em conjunto, refletirem sobre a possibilidade da sua intervenção (Grupos Municipais), nomeadamente, no apoio à concretização das pretensões da Cooperativa, quais sejam, a continuação da actividade de construção de habitação a custos controlados, na cidade de Coimbra, tendo como alvo preferencial, a Classe Média.

Esta reunião, realizou-se no passado dia 14 de março, na sede daquela cooperativa, tendo estado presentes todos os grupos parlamentares, à excepção do CDS, que justificou a sua ausência.

De uma forma sintética, resultou dessa reunião, porque consensualizado, o seguinte:

1 - Constatação da importância que as cooperativas poderão e deverão ter no combate à actual crise da Habitação, com o seu contributo na construção a custos controlados, no segmento de mercado alvo destas instituições;

2 - Na cidade/concelho, este desiderato só será concretizável com a obtenção de terrenos com custos simbólicos ou mesmo sem custos, pelas cooperativas;

3 - O município de Coimbra, salvaguardando sempre a legalidade dos processos, poderia e deveria, como o fizeram recentemente outros municípios (caso de Lisboa e Porto), ceder terrenos ao sector cooperativo, onde se inclui a Cooperativa de Habitação e Construção - Mondego (CHCM), nos moldes em que aqueles municípios o fizeram (direito de superfície) ou outros;

4 - Tendo presente os argumentos e objectivos do executivo camarário da CMC, subjacentes à proposta para a alienação, em hasta pública, de terrenos/imóveis, e presumindo que a necessidade e os fins declarados, levarão à renovação da decisão e subsequente apreciação em futura sessão da Assembleia Municipal de Coimbra, os partidos presentes nesta reunião, não obstarão à sua aprovação, desde que, conjuntamente com a proposta da alienação dos terrenos/imóveis, seja presente o compromisso do executivo camarário da CMC, de ceder, a curto prazo, ao sector cooperativo, onde se inclui a Cooperativa Mondego, terreno(s) para construção a custos controlados, cuja área e índice de construção permitam

concretizar tal desiderato.

Por tudo isto, propõe o Grupo Municipal do Partido Socialista a esta AM, a cedência de terrenos, a curto prazo, pela CMC, ao sector cooperativo, para construção a custos controlados, cuja área e índice de construção permitam concretizar tal desiderato, considerando os consensos obtidos na reunião



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

acima referida, com os partidos ali presentes, com assento nesta Assembleia Municipal, e ainda, após diálogo franco e aberto, construtivo, com a CMC na pessoa do seu Presidente, na passada sexta-feira.”.

Instou que o PS estaria disponível para tudo quanto fosse preciso e convidou a Assembleia a subscrever a Moção apresentada.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Mendes (CDU) [\(áudio 40:40 a 45:56 minutos - 1ª gravação\)](#)

Referiu que o governo e o turismo de Portugal, “*com a conivência da maioria de direita*” na Câmara Municipal de Coimbra “*decidiram vender o Mosteiro de Santa Clara a Nova à Soft Time para aí se construir um hotel de cinco estrelas pondo em causa a Bienal de Arte Contemporânea. Será bom que se perceba e valorize a coragem e a qualidade de quem soube transformar um Mosteiro abandonado numa paragem obrigatória do roteiro artístico nacional. Na Coimbra do futuro cabem mil hotéis, se os quiserem fazer. Mas no Mosteiro de Santa Clara-a-Nova é que não.*”

Salientou que o Mosteiro merece ser um lugar de inclusão, de serviço público que possa fazer face à grande carência de espaços de instalação de estruturas culturais, de ensaio, de exposição temporária ou permanente, de realização de eventos de diversa natureza.

Instou a maioria que sustenta o executivo a defender a Bienal de Arte Contemporânea e a “*opor-se à mercantilização da cultura*” e à alienação do Mosteiro de Santa Clara a Nova.

Lembrou que, no dia 20 de fevereiro, o executivo municipal, em conjunto com a Universidade, a Comarca de Coimbra e o Tribunal da Relação promoveram um debate neste mesmo convento sobre o futuro novo Palácio da Justiça e que a senhora candidata por Coimbra passou a ministra da Justiça, “*quem mais bem colocado está para transformar em realidade esta obra*”.

Intervenção do Deputado Municipal Fernando Duque (CH) [\(áudio 46:27 a 48:44 minutos - 1ª gravação\)](#)

Exaltou o 25 de abril: “*Viva a democracia e a liberdade, aguardando pela economia*”.

Avançou que votaria favoravelmente a moção proposta pelo PS e salvaguardando que seria importante para todas as cooperativas.

, antecipando que, por não se rever na moção apresentada, o PSD votaria contra.

Intervenção da Deputada Municipal Helena Mendes (CDS-PP) [\(áudio 49:08 a 56:36 minutos - 1ª gravação\)](#)

Saudou o exemplo de trabalho conjunto refletido na Moção apresentada pelo Partido Socialista e lembrou a posição do CDS-PP relativamente ao papel das cooperativas na construção de habitação a custos controlados.

Esclareceu que o CDS teve a reunião agendada com os representantes da Cooperativa por 3 vezes e das 3 vezes tinha sido alterada, pelo que, na última data não foi possível reorganizar agendas.

Afirmou, em nome do CDS-PP, que a Bienal Anozero tinha de se manter em Coimbra e que o Mosteiro de Santa Clara a Nova teria de ser intervencionado e financiado com a proposta de Hotel cujo objeto de adjudicação era do Governo e portanto, irreversível por parte da Câmara Municipal a menos que fosse compensado a título indemnizatório.

Reforçou a ideia de compromisso com a empresa para que a Bienal se mantivesse no Mosteiro de Santa Clara a Nova, indicando, desde logo, inúmeros sítios igualmente dignos de receber a Bienal.

Instou, quanto à Estação Intermodal, “*Que se faça! O mais depressa possível!*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Numes da Silva (NC) [\(áudio 57:04 a 02:07 minutos - 1ª e 2ª gravação\)](#)

Remeteu para a intervenção pública do Grupo do Nós Cidadãos, no âmbito do Debate Relevante organizado pela Assembleia Municipal, para responder ao Município Adelino Gonçalves.

Enunciou muitas das conquistas do 25 de abril de 1974.

Intervenção do Deputado Municipal Carlos Figueiredo (PSD) [\(áudio 02:47 a 07:17 minutos - 2ª gravação\)](#)

Partilhou da convicção que a Bienal Anozero se afirmou como um espaço de arte contemporânea, e de cultura, de matriz única, diferenciando e prestigiando Coimbra e Portugal no contexto europeu e global;

Clarificou que a manutenção da Bienal, no antigo quartel militar do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova não estará em risco, apesar de carecer de negociação com um os futuros promotores do programa REVIVE.

Suscitou um conjunto de questões: ” *Qual o impacto da exposição para a cidade, para o Concelho e para o País? Quantos foram os visitantes das últimas edições? Quantos em cada polo? Quantos os nacionais e quantos os estrangeiros? De que países? Quantos dias ficaram? Que receitas envolve? Qual é a participação do erário público e qual o volume de receitas próprias?* ”

Afirmou a importância da Bienal Anozero para Coimbra.

Intervenção do Deputado Municipal Luís Silva (PS) [\(áudio 07:28 a 09:54 minutos - 2ª gravação\)](#)

Referiu que o PS considera legítima a preocupação com o futuro da Bienal Anozero e a necessidade de diálogo a ser promovido pelo executivo da Câmara, para assegurar o futuro da Bienal, no entanto, o PS não concorda com algumas das considerações da moção apresentada.

Instou na urgência da reabilitação do Mosteiro de Santa Clara a Nova porque aquele património, não é usufruído pela população no estado em que se encontra e o executivo, em diálogo, deve procurar assegurar que aquele imenso espaço continuar a receber a bienal.

Esclareceu que se por alguma razão assim não for, a bienal nunca estará em causa, já que existem vários espaços dignos, não podendo deixar em suspenso um espaço como o Mosteiro quando a bienal o ocupa uma vez de 23 em 23 meses.

Relembrou que o programa REVIVE, lançado pelo anterior Governo, está a encontrar soluções para espaços como o Mosteiro de Santa Clara a Nova, reabilitando património por todo o país para ser usufruído.

Declaração de Voto do Deputado Municipal Rui Rodrigues (NC)

Declarou que o NC votava contra a moção apresentada pelo grupo Cidadãos Por Coimbra, uma vez que, após análise dos detalhes e implicações desta proposta, concluíram de que não serve os interesses da cidade e seus municípios.

Enunciou como vantagens do projeto a reabilitação do Mosteiro de Santa Clara a Nova pelo Revive, o aumento da deficitária oferta hoteleira de Coimbra e a proximidade ao Convento de São Francisco, que tem perdido muitos eventos de maior dimensão por falta de alojamento na cidade.

Reconheceu a importância da Bienal Anozero, propondo que o executivo participe ativamente na compatibilização deste futuro espaço com as necessidades da Bienal ou, em alternativa, disponibilizar um local que continue a dar relevância ao evento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal José Simão (PSD) [\(áudio 12:25 a 17:00 minutos - 2ª gravação\)](#)

Lembrou que, em 2002, apresentou o nome de uma rua à Comissão Toponímica que foi aceite e esclareceu que quando a proposta surge da Junta de Freguesia é a mesma que efetua a compra da placa e, atualmente, estava a ser confrontado com o pedido da Câmara Municipal para retirar as placas.

Lamentou que a Bienal Anozero seja realizada em Santa Clara e não contactem o Presidente da respetiva Junta de Freguesia.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 17:31 a 23:06 minutos - 2ª gravação\)](#)

Citou a intervenção da Vereadora Regina Bento “*tenho de voltar ao tema do despesismo deste Executivo. Costuma se dizer que quem não tem dinheiro não tem vícios. Não é o caso deste Executivo cujo Presidente tanto se queixa da falta de receita, mas para as futilidades tem havido sempre dinheiro. As viagens regulares ao estrangeiro sucedem-se sem a apresentação de quaisquer relatórios a esta Câmara, aliás acabámos de ser informados que o Senhor Vice-presidente está a faltar a esta reunião porque está novamente no Brasil. Qual foi, até agora, a captação conseguida no Brasil? Não há qualquer prestação de contas!* “. Remeteu para a resposta do Vereador Francisco Veiga, que noticiou ter sido convidado a título pessoal pelo Presidente da Câmara de Comércio Brasil -Portugal na 3ª Feira Internacional de negócios.

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) [\(áudio 23:19 a 26:49 minutos - 2ª gravação\)](#)

Saudou a iniciativa tomada pelo PS em dar corpo ao consenso estabelecido pelos vários partidos que se reuniram e determinaram uma ação muito concreta de exigência ao Executivo do “*compromisso da cedência a curto prazo para as cooperativas poderem construir a preços controlados* “com o objetivo de que este compromisso fosse alinhado com a proposta do ponto 9 da Ordem de Trabalhos.

Afirmou o apoio da CDU à iniciativa tomada pelo PS, reforçando que o ponto 9 seria votado favoravelmente por todos os grupos políticos caso ficasse expresso por parte do Presidente da Câmara o compromisso para com as cooperativas de habitação.

Esclareceu que as questões colocadas pelo peticionário Adelino Gonçalves seriam respondidas em momento ulterior.

Intervenção do Deputado Municipal João Francisco (PSD) [\(áudio 27:24 a 28:26 minutos - 2ª gravação\)](#)

Convidou a Assembleia a participar no Festival de Sopas no Terreiro da Erva e lançou o repto ao Presidente de Junta Horácio Costa para que “*trocassem aventais*”, uma vez que a sua Freguesia também tinha uma iniciativa dedicada às sopas.

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio 29:17 a 30:47 minutos - 2ª gravação\)](#)

Esclareceu que a Moção apresentada pelo CpC resultava da auscultação de artistas e das pessoas envolvidas, tinham, por isso, tentado trazer o “*sentir da cidade*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Antecipou que o CpC abster-se-ia quanto à Moção proposta pelo PS, devido ao *“histórico da Câmara Municipal não foi claro (...) teve reuniões sectárias”*.

Intervenção do Presidente da Câmara

Rejeitou a afirmação do Deputado Rui Mendes *“trocando a força da Bienal pela força do dinheiro”* e refletiu *“até porque a Bienal só se faz com dinheiro”*.

Esclareceu que o Hotel traria um contributo muito relevante para o turismo em Coimbra e que pretendiam abrir o diálogo para conciliar projetos e fazer crescer a Bienal.

Recusou a palavra *“venda”* do Mosteiro de Santa a Clara a Nova e clarificou que a sua reabilitação seria financiada por privados e por fundos europeus.

Saudou o Partido Socialista pela oportunidade de diálogo sobre uma proposta que permitirá rentabilizar ativos imobilizados ao longo dos anos e que vão reverter em benefício do investimento nas pessoas e no concelho.

Avançou que o Executivo já estava a trabalhar para concretizar o compromisso e reafirmou o acordo anterior relativo ao destino da verba resultado da venda em hasta pública ao melhor preço do mercado.

Respondeu ao Deputado Pinto Ângelo, esclarecendo que tinha sido remetido à Cooperativa do Mondego um documento assinado pelo próprio e extensível às demais cooperativas.

Dirigiu-se ao Deputado José Simão esclarecendo que a indicação para extinção das casas religiosas femininas foi descrita por uma Técnica Superior da Torre do Tombo.

Delegou a palavra na Vereadora Ana Bastos para que se pronunciasse quanto à intervenção do Município Adelino Gonçalves.

Intervenção da Vereadora Ana Bastos

Reafirmou a relevância do Plano Intermodal de Coimbra B e do impacto da alta velocidade nos vários setores da cidade.

Lembrou que o projeto anterior inviabilizava a Alta Velocidade em Coimbra-B e a revisão proposta pelo atual Executivo tinha permitido receber o TGV.

Reforçou que o plano estava a ser elaborado pela Câmara Municipal e financiado pelas Infraestruturas de Portugal, *“não há melhor negócio possível”*.

Salientou a existência de 7 momentos de participação pública nenhum deles obrigatório nos termos do RJIT.

Deliberação nº 13/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, ***por maioria de 46 votos a favor (21- PS; 10- PSD; 5- CDU; 4- NC; 4- CDS-PP; 1-PPM e 1- CH) e 2 abstenções (2-CpC)***, aprovar *“a proposta de cedência de terrenos, a curto prazo, pela CMC, ao setor cooperativo, para construção a custos controlados”*, apresentada pelo PS.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 14/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria de 19 votos contra** (9- PSD; 4- NC; 4- CDS-PP; 1-PPM e 1- CH), 7 votos a favor (5-CDU; 2- CpC) e 20 abstenções (20-PS) recusar a Moção “Pela Valorização da Bienal Anozero” apresentada pelo CpC.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

III-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Câmara

Convidou todo o concelho de Coimbra a associar-se aos múltiplos eventos relativos ao 50º aniversário do 25 de abril, aludiu ao relatório do exercício do direito de oposição, que além de cumprir integralmente a legislação constitui forma de concretizar os princípios da data. Estendeu o convite ao projeto totalmente remodelado, nomeadamente, para o tornar mais verde e agradável, com a inauguração do primeiro abrigo com o sistema de bilhética montado e a apresentação do tão aguardado primeiro veículo MetroBus.

Salientou alguns números do Convento São Francisco, que, relativamente a 2022, registou um aumento de cerca de 15% e 51% no público, respetivamente nos eventos culturais, ecléticos e de reconhecida qualidade, e nos diversos tipos de eventos corporativos. No total, em 2023, ano em que foram realizados no Convento 221 eventos culturais e 136 eventos de âmbito corporativo, deslocaram-se ao Convento São Francisco aproximadamente 122 mil pessoas, mais cerca de 30 mil face a 2022.

Exaltou o facto de 2019 para 2023, praticamente duplicar o número de pessoas que se deslocou ao Convento e agradeceu o imenso trabalho de qualidade, a dedicação e o enorme esforço desenvolvido pelos dirigentes e trabalhadores do Departamento de Cultura e Turismo, da Divisão de Cultura e da Divisão do Convento São Francisco. “*Foram e são inxcedíveis e fabulosos.*”

Avançou que o Departamento de Urbanismo tem vindo a melhorar e a recuperar atrasos ao informatizar-se completamente no prazo de apenas um ano, houve um aumento de 59% de requerimentos respondidos relativamente ao ano de 2022. “*Comparando 2023 com 2020, é um aumento de 218%! São números indesmentíveis e impressionantes, que atestam a qualidade e intensidade do nosso trabalho.*”

Esclareceu que apesar dos dados apresentados evidenciarem que “o Município tem boa saúde financeira, cumpre escrupulosamente os seus compromissos e prossegue uma trajetória de rigor e disciplina orçamental, houve um número que saltou à evidência e foi artificialmente e falaciosa e negativamente explorado: o resultado líquido negativo de 16,4 milhões de euros (M€). “Este resultado líquido traduz um aumento de rendimentos (cerca de 8 M€) inferior ao dos gastos (26 M€). Reflexo parcial da política



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

fiscal que o Executivo decidiu adotar, criando o IMI familiar e diminuindo a taxa de derrama sobre as empresas, bem como da decisão de manter as taxas municipais inalteradas em 2023. Assim, as famílias e empresas do concelho avolumaram uma poupança na ordem dos 2 milhões de euros.

Lembrou, a propósito, o crescimento dos custos com pessoal, superior a 5,5 milhões de euros, devido aos aumentos e atualizações na função pública e ao processo de delegação de competências na Educação e Ação Social, *“francamente penalizador para as autarquias, gerando despesas adicionais de funcionamento, muito inferiores às magras transferências do Governo.”*

Enunciou a obrigação do registo contabilístico, superior a 15 milhões de euros em provisões para três processos judiciais em curso, dois dos quais do início dos anos 2000 com alguma probabilidade de resultar no futuro em indemnizações a pagar pelo Município.

Salientou a poupança corrente de 16,3 milhões de euros, quase o dobro face a 2020, utilizada para financiar os investimentos da Câmara Municipal. Afirmou que a despesa está ajustada à receita certa e permanente e, por outro lado, a taxa de execução da receita cobrada foi de 92,1% , muito superior aos 85% exigidos por lei.

Referiu que não só as funções sociais representaram 48% dos custos municipais, como nenhuma oportunidade foi desperdiçada com 19,2 milhões de euros, obtidos por comparticipação de Fundos Europeus e do Orçamento do Estado. Foram aprovadas 35 candidaturas a projetos cofinanciados e verificou-se uma taxa de realização dos fundos comunitários de 97%. *“Mais importante do que submeter as candidaturas e ter aprovação, é executá-las! “*

Evidenciou o facto de a capacidade de endividamento ter aumentado para 24 milhões de euros, mesmo com a contração de um novo empréstimo bancário para viabilizar a construção de uma residência de estudantes na Baixa da cidade, atraindo novos residentes e com forte impacto económico, social e de segurança no centro histórico.

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) (áudio 21:02 a 24:25 minutos - 3ª gravação)

Intervenção da Deputada Municipal Luísa Silva (CDU) (áudio 24:57 a 30:28 minutos - 3ª gravação)

Exortou as comemorações do cinquentenário do 25 de abril e, no âmbito do dia do trabalhador, referiu os trabalhadores da Cimpor; os trabalhadores do grande comércio; os trabalhadores da farmacêutica; os trabalhadores dos SMTUC a exigir o gozo de férias (estando apenas autorizados a gozar 20 dias por ano, ficando pro bono os restantes dias e algumas folgas e tolerâncias); os trabalhadores da CMC a exigir o cumprimento do SIADAP, que implica a valorização das suas carreiras; os trabalhadores da alimentação do SUCH.

Instou nas respostas aos problemas dos trabalhadores, dos reformados, dos pensionistas, dos jovens e das famílias, ao aumento do custo de vida, à degradação acentuada dos serviços públicos e funções sociais do Estado, em particular do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) (áudio 30:54 a 41:54 minutos – 3ª gravação)

Intervenção do Presidente da Câmara

Esclareceu que a Escola de Lisboa tinha sido escolhida pelos trabalhadores da divisão competente, para fazer o estudo científico do arvoredo de Coimbra.

Explicou que quanto à queixa o inquérito está a decorrer com um jurista externo.

Afirmou que a Provedoria do Município tinha sido criada precisamente porque as queixas dos municípios são valorizadas e são importantes no âmbito do processo de melhoria contínua da qualidade.

Reiterou o elogio relativo à posição do Partido Socialista no que concerne às cooperativas, e reforçou o compromisso, assumido na anterior sessão, relativamente às obras nas freguesias, caso a hasta pública o permita.

Dirigiu-se ao Deputado Ferreira da Silva, lembrando que o túnel do choupal já existia há muitos anos e tinha dois sentidos, o que, atualmente, teria sido mais vantajoso que o túnel tivesse mantido os dois sentidos.

Referiu que o Tribunal de Contas enviou dois ofícios contraditórios no mesmo dia, quando o processo de empréstimo terminar divulgariam publicamente.

Adiantou que, sobre os trolley's carro, pronunciar-se-ia numa reunião do Executivo onde estivesse presente a Vereadora Regina Bento.

2. Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Coimbra relativos ao exercício de 2023

- *Inventário Municipal*
- *Aplicação de Resultados*
- *Certificação Legal de Contas*

Intervenção do Vereador Miguel Fonseca

https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2024/05/Prestacao-Contas-2023-final_compressed.pdf

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (CpC) (áudio 18:36 a 59:31 minutos – 4ª gravação)

Referiu as opções políticas que o documento reflete, elogiando o esforço de execução ao constatar 80% de execução do orçamento.

Criticou algumas taxas de execução muito baixas, nomeadamente, 29 % do desenvolvimento económico e apoio à atividade empresarial, 23% do património arbóreo, 0% na aquisição de edifícios para habitação, 25% na esterilização de animais adotados.

Assinalou, também como indicadores preocupantes, o grande aumento dos gastos com pessoal, com mais 5 milhões e meio de euros do que em 2022, a par com as aquisições de serviços no valor de 7.4 milhões por Ajuste Direto e 4 milhões por Consulta Prévia e o aumento da despesa com tratamento de resíduos sólidos, de 37,5%. A propósito deste último, instou na política do “*poluidor pagador*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Destacou ainda o grande aumento de endividamento devido à ação judicial no valor de 14 milhões de euros por causa de terrenos cedidos para a circular externa que tinham como contrapartida a aprovação de um loteamento “*é este um procedimento de gestão errado (...) portanto a não repetir*”.

Enunciou as transferências para as freguesias que ficaram pelos 6,3%, quando 10% era o compromisso e a “*luz vermelha do IMT*” que resulta numa redução da receita em mais de 2 milhões.

Esclareceu, quanto à alteração orçamental, que já tinham avisado em dezembro aquando das GOP e Orçamento 2024, assim, “*com este reparo da necessidade de mais honestidade, competência e transparência, vamos abster-nos*”.

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) [\(áudio 25:34 a 33:39 minutos - 4ª gravação\)](#)

Lembrou que a CDU tinha contribuído para as GOP e o Orçamento, com propostas em três eixos principais: “*Combater a crise, proporcionar mais qualidade de vida e aproximar as periferias do centro da cidade*”. Nomeadamente, com a criação de programas de habitação a curto prazo, da definição de linhas de apoio ao arrendamento em emergência económica, com apoios à população da responsabilidade direta do Município, com o fornecimento de refeições escolares nos próprios locais de ensino e procurar que o fornecimento de bens às cozinhas escolares seja assegurado por produtores locais, com a elaboração de um plano de eliminação dos obstáculos, colocação de sinalização horizontal, reabilitação de passeios, remarcação e/ou realocação de passadeiras, com o lançamento de um programa integrado de investimentos, capaz de assegurar a mobilidade entre todas as Freguesias da Cidade, da periferia ao centro.

Observou que o IMI se manteve em crescimento, apesar do apoio definido às famílias com dependentes a cargo e apontou que “*o erro substancial dá-se na errada opção pela descida da taxa da derrama, como à altura afirmámos*”. (...)” *Esta opção injusta verificou-se errada, tendo um impacto significativo nas contas do município levando a uma diminuição da cobrança da derrama em mais de um milhão de euros*”.

Intervenção do Deputado Municipal Paulo Lopes (PSD) [\(áudio 33:58 a 38:27 minutos - 4ª gravação\)](#)

Esclareceu que o Município apresenta um resultado de exercício negativo que ascende a 16,4 milhões de euros, devido à constituição de provisões para processos judiciais em curso, no montante estimado de 15,67 milhões de euros, em conformidade com o estabelecido na norma de contabilidade pública n.º 15 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro. Avançou que o resultado financeiro apresentado demonstra o empenho do atual executivo com a prestação de serviços de qualidade, investimentos em infraestruturas, educação, saúde e cultura, garantindo que as necessidades e interesses da população de Coimbra continuem a ser uma prioridade, com o aumento de 1,2 milhões de euros de transferências para as freguesias e aumento de 1,3 milhões de euros para serviços sociais.

Intervenção do Deputado Municipal Ramiro Simões (PS) [\(áudio 38:45 a 45:10 minutos - 4ª gravação\)](#)

Analisou a Prestação de Contas e verificou “*mau desempenho económico/financeiro*” com um Resultado Líquido do Exercício de 16,4 milhões de euros negativos e um resultado orçamental



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

positivo, resultante da receita de dois empréstimos. Sem esta operação o Resultado passava de 1,9 milhões positivo em 2022 para cerca de 2 milhões negativos em 2023, piorando 200%. Explicou que o volume de gastos (sem provisões) aumenta 12 milhões de euros e os rendimentos só aumentaram 7,6 milhões de euros, apontando como “*Um desequilíbrio grave*”.

Acrescentou que além do desequilíbrio, as dívidas a terceiros aumentaram cerca de 8,5 milhões de euros. Praticamente todos os rácios económico/financeiros pioraram bastante. O prazo médio de pagamento a fornecedores passou para 67 dias,” *diferente do apresentado pelo Sr. Vereador Miguel Fonseca.*”

Manifestou a preocupação do PS também com a venda de património imobiliário municipal devido “*motivação dessa política despesista e quanto ao futuro da sustentabilidade financeira do Município.*”

Concluiu declarando que a bancada socialista abster- se -ia.

Intervenção do Deputado Municipal José Simão (PSD) (áudio 45:40 a 46:34 minutos - 4ª gravação)

Esclareceu que no ano de 2021 tinha 40 000 euros, em 2023 100 000€ e em 2024 10000€, portanto 240 000€ que não surgiam no relatório de contas ou compromissos.

Deliberação nº 15/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria de 21 votos a favor** (11- PSD; 4- NC; 4 CDS-PP; 1-PPM e 1- CH), **2 votos contra** (2-CpC) e **26 abstenções** (21- PS; 5- CDU) aprovar:

a proposta respeitante aos Documentos de Prestação de Contas de 2023 e o Inventário do Património Municipal relativo ao Município, elaborados nos termos definidos no SNC-AP (D.L. n.º 192/2015, de 11 de setembro), que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e da Instrução n.º 1/2019, de 6 de março de 2019, do Tribunal de Contas;

a aplicação do Resultado Líquido apurado no período, no montante de -16.441.128,03€ (dezasseis milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, cento e vinte e oito euros e três cêntimos), para Resultados Transitados.

Dos Documentos de Prestação de Contas identificam-se, pela sua importância, os seguintes resultados:

Total do ativo, património líquido/capital próprio/fundo social e passivo (Balanço):

Total do ativo	765 579 021,82 €
Total do património líquido	614 876 189,55 €
Total do passivo	150 702 832,27 €

Rendimentos e gastos (DR):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Rendimentos	122 054 538,30 €
Gastos	138 495 666,33 €
Resultado líquido:	-16 441 128,03 €

Recebimentos e pagamentos (DFC):

(inclui Operações Tesouraria)

Saldo inicial	9 863 577,62 €
Recebimentos	157 498 940,49 €
Pagamentos	-144 879 084,35 €
Saldo final	22 483 433,76 €

Desempenho orçamental (recebimentos e pagamentos) (DDO):

Recebimentos (inclui incorporação do saldo anterior)	158 359 745,50 €
Pagamentos	141 679 847,99 €
Recebimentos de Op. Tesouraria	2 656 387,50 €
Pagamentos de Op. Tesouraria	3 207 468,31 €

Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental (de operações orçamentais e de operações de tesouraria):

Saldo inicial de operações orçamentais	3 508 960,56 €
Saldo inicial de operações de tesouraria	6 354 617,06 €
Total	9 863 577,62 €
Saldo final de operações orçamentais	16 679 897,51 €
Saldo final de operações de tesouraria	5 803 536,25 €
Total	22 483 433,76 €

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

3. Alteração Modificativa ao Orçamento n.º 2 de 2024

Deliberação n.º 16/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria de 21 votos a favor** (11- PSD; 4- NC; 4- CDS-PP; 1-PPM e 1- CH) e 28 abstenções (21- PS; 5- CDU; 2-CpC) aprovar a Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento n.º 2 de 2024, no valor total de 18.920.913,51 € de reforços e de 20.679.897,51 € de anulações no Orçamento da Receita e de 2.365.705,40 € de reforços e de 4.124.689,40 € de anulações no Orçamento da Despesa, com uma redução do Orçamento da Receita e da Despesa no valor de 1.758.984,00 €, totalizando o Orçamento para 2024, o valor de 232.503.618,20 € (após Alteração Modificativa/Revisão n.º 2), e que se justifica pela incorporação do Saldo da Gerência de 2023, e propostas dos serviços municipais

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

4. Relatório e documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra relativos ao exercício de 2023

- *Aplicação de Resultados*
- *Certificação Legal de Contas*

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio 49:52 a 52:02 minutos - 4ª gravação\)](#)

Reconheceu e valorizou o ligeiro aumento do número de passageiros da taxa de ocupação dos autocarros, bem como a tendência de aumento de fidelização dos passageiros, apesar de os valores continuarem muito abaixo do aceitável para a sustentabilidade dos serviços.

Questionou a existência do promovido plano de mobilidade de modo a entender de que forma se irão articular os SMTUC com os Metro Bus.

Dirigiu-se à Vereadora Ana Bastos, esclarecendo que a alternativa à ponte do choupal não passa pela entrada do tráfego do IC2 diretamente na rotunda da Fucoli.

Criticou o “aproveitamento” do cinquentenário do 25 de abril para a inauguração da praça urbana.

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) [\(áudio 52:37 a 55:45 minutos - 4ª gravação\)](#)

Lembrou que os SMTUC têm desde o início do ano um novo conselho de administração e apelou ao reforço de um serviço público municipal de transporte urbano de passageiros, “*afastando qualquer cenário de desmantelamento do serviço ou da sua entrega a interesses externos*” e para a procura constante do diálogo com os trabalhadores dos SMTUC e dos seus representantes legais, comissão de trabalhadores e sindicatos, procurando no mais curto de espaço de tempo possível o cumprimento integral dos seus direitos, legalmente consagrados.

Citou a mensagem do novo Conselho de Administração quanto ao exercício do ano de 2023 “*A renovação da frota, a recuperação da dinâmica oficial, pela contratação de pessoal e de serviços especializados e a recuperação da procura, tendo esta atingido os 10,9 milhões de passageiros, representado um crescimento de 11,4% em relação a 2022, ainda que aquém dos 13,2 milhões de passageiros atingidos em 2019.*”

Destacou o aumento da Taxa de Ocupação que aumentou para 12,5% comparativamente aos cerca de 8% registados em 2022 e o aumento das receitas em cerca de 17%

Instou no “*acelerar soluções*” que permitam aos trabalhadores dos SMTUC com cerca de 60 dias de férias acumuladas, não gozadas, pelos constrangimentos de serviços, ser ressarcidos dos seus prejuízos

Intervenção do Deputado Municipal Vítor Parola (PS) [\(áudio 56:02 a 07:05 minutos - 4ª e 5ª gravação\)](#)

Destacou, como aspetos positivos, a recuperação dos passageiros perdidos com os anos de pandemia e o resultado líquido do exercício que se mantém positivo na ordem dos 750.000€ . Quanto aos passageiros transportados, ainda longe dos valores obtidos em 2019 (cerca de 13 milhões de passageiros transportados), mas 2023 continua a refletir a recuperação já verificada dos anos anteriores, constatando-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

se um aumento de 25,7%, dos passageiros transportados face a 2022, situando-se nos 7,3 milhões. Os rendimentos da prestação de serviços registaram uma melhoria de 12,3%, apesar de os rendimentos totais terem diminuído 1,2%, essencialmente devido à diminuição do subsídio à exploração (-1,2M€) e também à diminuição dos rendimentos dos parques de estacionamento (designadamente devido ao Parque do Mercado ter funcionado parte do ano com parcómetros. A renovação da frota, sobretudo através da entrada de 22 novos autocarros elétricos na sequência da execução de operação financiada pelo POSEUR, o que permitiu terminar o ano de 2023 com mais 7 viaturas operacionais e reduzir a idade média da frota para 11,3 anos. Contudo, essa renovação da frota não travou o aumento da taxa de imobilização global que se situou nos 34,8%, mais 3,4% do que no ano anterior, o que provocou enormes constrangimentos na operação e forte insatisfação na população. Relativamente ao prazo médio de pagamento a fornecedores, no ano passado, o PS tinha alertado a Assembleia para o aumento de 21,3% no prazo médio de pagamento a fornecedores, que se situava em 57 dias. De um ano para o outro diminuiu 40 dias, situando-se em 17 dias o prazo médio de pagamento a fornecedores.

Enunciou, como dados menos positivos, a redução das viagens oferecidas/disponíveis e dos quilómetros percorridos em exploração (redução de 1,6%), sentidas com as permanentes supressões de horários; a diminuição do número de efetivos, com menos 18 trabalhadores do que tinham em 2022 e já tinha sido assim no ano anterior. O absentismo continuou a crescer. As faltas por greve registam valores nunca vistos, cerca de 1.600 faltas por greve num só ano, um crescimento de 164%, o que evidencia o descontentamento dos trabalhadores com as suas condições de trabalho.

Referiu que o “*desinvestimento nos trabalhadores*” dos SMTUC também se revela nos níveis de formação. Em 2022, o número de horas de formação já tinha diminuído 20,8%. em 2023, diminui quase 60%. Apenas foram ministradas 3.546 horas de formação o que é” *manifestamente pouco*” num universo de 468 trabalhadores.

Tratou o desmantelamento da rede de trolleys, já iniciado no ano anterior e requerendo o estudo prévio para a criação de uma linha turística de trolleys, já requerido pelos/as Vereadores/as do PS.

Avançou outro aspeto menos positivo que a Vereadora Ana Bastos, enquanto Vereadora da oposição fazia questão de fazer ressaltar e que dizia ser inaceitável, a disponibilidade de abrigos nas paragens: apenas 31% das paragens estão equipadas com abrigo, tendo ainda diminuído o número de paragens disponíveis, menos sete do que em 2022. Concluiu dizendo que “*Por tudo isto, o sentido de voto da bancada socialista será a abstenção.*”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº17/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por maioria de 20 votos a favor* (8- PSD; 4- NC; 4- CDS-PP; 2-CpC; 1-PPM e 1- CH) e 25 abstenções (20- PS; 5- CDU) aprovar o Relatório de Gestão e Contas e os Documentos de Prestação de Contas de 2023 relativos aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, elaborados nos termos definidos no Sistema de Normalização contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, de acordo com a Resolução n.º 3/2023, 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República, II Série, n.º 9, de 12 de janeiro de 2024, sobre a Prestação de Contas relativas ao ano de 2023 e gerências partidas de 2024 e atento ao disposto na Instrução n.º 1/2019-PG, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 46 de 6 de março, para a organização e documentação das contas de todas as entidades sujeitas a prestação de contas ao Tribunal de Contas e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Dos documentos de Prestação de Contas identificam-se os seguintes resultados importantes:

Total do Ativo, património líquido/capital próprio/fundo social e passivo (Balanço):

- Total do ativo 21.360.922,01 €
- Património líquido 10.104.288,28 €
- Total do passivo 11.256.633,73 €

Rendimentos e Gastos (Demonstração de Resultados)

- Rendimentos 19.626.555,66 €
- Gastos 18.869.494,32 €

Resultado Líquido 757.061,34 €

Demonstração de Fluxos de Caixa

- Recebimentos 27.607.065,65 €
- Pagamentos 28.837.331,66 €

Desempenho Orçamental

- Recebimentos 27.551.886,79 €
- Pagamentos 28.801.165,74 €

Saldos iniciais

- Operações Orçamentais 1.640.978,31 €
- Operações de Tesouraria 367.324,87 €

Saldos finais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Operações Orçamentais 391.699,36 €
- Operações de Tesouraria 386.337,81 €

Aprovar que seja transferido para a conta 56 – Resultados Transitados dos SMTUC o resultado líquido positivo apurado no exercício de 2023 no montante de 757.061,34€ (setecentos e cinquenta e sete mil, sessenta e um euros e trinta e quatro cêntimos), considerando o disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, designadamente o disposto no n.º 2 do artigo 16.º que pretende garantir a intangibilidade do Património Líquido dos Serviços Municipalizados quando estes apuram resultados negativos e transferir para os Municípios os respetivos excedentes quando são apurados lucros.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

5. AC – Águas de Coimbra, E.M. – Relatórios e Contas 2024

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) ([áudio 09:21 a 15:30 minutos - 5ª gravação](#))

Observou que o investimento feito em condutas e canais de distribuição de águas em Coimbra não contribuiu para aumentar a eficiência da distribuição, uma vez que as perdas de água começaram de novo a aumentar, com desperdício pago pelos munícipes. Instou no rigor e gestão do património público que a água constitui.

A Assembleia Municipal de Coimbra **tomou conhecimento** do Relatório e Contas 2024 das Águas de Coimbra, E. M.

6. Prodeso - Ensino Profissional, E.M., Lda. – Reposição de equilíbrio financeiro – Contas 2023

A Assembleia Municipal de Coimbra **tomou conhecimento** das Contas 2023 da Prodeso.

6.1. Relatório de execução do Contrato-Programa de Delegação de Competências

A Assembleia Municipal de Coimbra **tomou conhecimento** do Relatório de execução do Contrato-Programa.

6.2. Contrato-Programa de Delegação de Competências da CMC na Prodeso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (CpC) [\(áudio 11:04 a 59:31 minutos - 5ª gravação\)](#)

Relembrou a posição do CpC quanto à pouca valorização do ITAP, apontando, desde sempre, as potencialidades de uma escola profissionalizante municipal, tanto integrada no sistema educativo complementando com respostas ajustadas às necessidades de uma significativa fatia de jovens, como alargada à formação contínua dos trabalhadores municipal.

Referiu, por isso, que concordavam com a continuidade do contrato de delegação de competências apesar de apelarem à concretização de duas condições: alargamento e ajustamento do quadro de professores e as instalações próprias e necessárias à construção da identidade da escola.

Intervenção da Deputada Municipal Susana Naia (NC) [\(áudio 13:16 a 17:16 minutos - 5ª gravação\)](#)

Destacou os resultados significativos do Contrato-Programa em vigor entre dezembro de 2023 e março de 2024, concentrando-se em dois projetos principais. O Projeto A, concentrou-se no diagnóstico das necessidades de formação dos Assistentes Operacionais do Município e das Juntas e Uniões de Freguesia(s). Utilizando diversas metodologias, como *focus group*, entrevistas semiestruturadas e inquéritos por questionário, identificando uma ampla gama de necessidades de formação. O Projeto B, visou reforçar as competências dos trabalhadores municipais e das Juntas e Uniões de Freguesia(s) (Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores).

Afirmou que com 23 ações realizadas e a participação de 282 indivíduos (entre assistentes técnicos e técnicos superiores), o projeto superou em grande medida as expectativas, representando um aumento de 188% em relação ao contratualizado.

Salientou a taxa de cumprimento do Contrato-Programa atingiu 89,06%, refletindo a eficácia na execução do projeto e o compromisso contínuo do Município em investir no desenvolvimento e capacitação dos seus colaboradores, visando uma melhoria contínua nos serviços prestados à comunidade.

Avançou a situação agravada pela renda mensal que resulta numa despesa fixa anual de aproximadamente 76 mil euros. Reforçando a necessidade urgente de revisão da sua localização, sendo uma possibilidade deslocar o ITAP para as instalações da escola EB2+3 de Ceira. Para garantir uma transição suave e eficiente, a equipa técnica visitou a escola de Ceira e confirmou a viabilidade de se isolar um dos blocos para acomodar o ITAP. Isso permitiria a otimização da frequência de dois grupos distintos de alunos, preservando a qualidade do ensino para ambas as instituições, além da proximidade futura da paragem do metro, a apenas 200 metros da escola, que representa uma vantagem adicional em termos de acessibilidade.

Deliberação nº 18/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar o contrato-programa com a Prodeso, EM, sublinhando desta forma a importância estratégica para o Município da capacitação, qualificação e formação ao longo da vida dos recursos humanos afetos ao Município e às Juntas e Uniões de Freguesia, através dos seguintes projetos:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

PROJETO A - DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES OPERACIONAIS DAS ESCOLAS DO CONCELHO

Competência relativa à responsabilidade para elaborar o diagnóstico de necessidades de formação dos assistentes operacionais das escolas do concelho para o triénio 2025 a 2027;

PROJETO B – REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO E DAS JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIA(S)

Competência relativa à responsabilidade de executar o plano de formação interna do Município, em função das necessidades identificadas, dos objetivos e prioridades definidos;

Competência relativa à responsabilidade na execução das ações de formação inicial e contínua para Motoristas de Veículos Pesados de Mercadorias e de Passageiros para os trabalhadores do Município, das Juntas e Uniões de Freguesia(s);

Competência relativa à responsabilidade na execução das ações de formação de Formação Pedagógica Inicial de Formadores e Certificação de Competências Pedagógicas de Especialização para os trabalhadores do Município, das Juntas e Uniões de Freguesia(s);

PROJETO C – APOIO TÉCNICO AO MUNICÍPIO E ÀS JUNTAS E UNIÕES FREGUESIA(S) NO ÂMBITO DO PROGRAMA PT 2030

Competência relativa à responsabilidade de capacitar os recursos humanos das escolas para promoverem candidaturas financiadas no âmbito ao PT 2030.

O contrato-programa terá a duração abril a dezembro de 2024, e um custo para o Município de 100.000€.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. Alteração da estrutura orgânica dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

Deliberação nº19/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria de 29 votos a favor** (1- PS; 11- PSD; 5- CDU; 4- NC; 4- CDS-PP; 2-CpC; 1-PPM; 1- CH) e 20 abstenções (20- PS), aprovar a proposta do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), relativa à estrutura nuclear, à fixação do número máximo de unidades orgânicas flexíveis e do número máximo de subunidades orgânicas dos SMTUC.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

8. Contrato de Financiamento Reembolsável à operação da POSEUR-01-1407-FC-000065 “Promoção da eficiência energética da frota dos SMTUC III”

Deliberação nº 20/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a não continuidade do Contrato de Financiamento Reembolsável à operação da POSEUR-01-1407-FC-000065 “Promoção da eficiência energética da frota dos SMTUC III” com a Agência para o Desenvolvimento & Coesão, IP ao abrigo da Linha EQ BEI PT 2020-Autarquias.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

9. Alienação de prédios do domínio privado municipal em hasta pública

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio 21:32 a 23:42 minutos - 5ª gravação\)](#)

Lembrou a recomendação ao Executivo no sentido de separar os artigos em discussão e votação, bem como o cumprimento “da palavra dada à Cooperativa Mondego em promessas eleitorais, em reuniões presenciais e em reunião da Assembleia de que o Executivo ia promover o apoio à construção da habitação a custos controlados e ceder terrenos com capacidade construtiva para operadores de construção cooperativa. Concluiu “veio o processo como tinha vindo (...) votámos contra, votamos contra. Temos princípios, nada mudou, só aumentou a viscosidade do processo. “

Deliberação nº 21/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria** de 26 votos a favor (11- PSD; 5- CDU; 4- NC; 4- CDS-PP; 1-PPM; 1- CH), 2 votos contra (2-CpC) e 21 abstenções (21- PS), aprovar a proposta de procedimento para venda em Hasta Pública, por licitação verbal, de dez prédios urbanos integrados no domínio público municipal, bem como os termos e minutas do procedimento.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de Voto do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU)

Esclareceu que os Grupos Políticos Municipais, em reunião com a Cooperativa Mondego, tinham definido aprovação da hasta pública condicionada pelo “compromisso expresso do Senhor Presidente” de lançar um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

programa de cedência de terrenos às cooperativas, pelo que, o voto da CDU tinha sido coerente com o “*pressuposto de entendimento entre os grupos parlamentares*”.

10. Comunidades de Energia Renovável (CER) – Bairros Sociais

Deliberação n.º 22/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a concessão temporária de espaços municipais, mais concretamente dos telhados dos edifícios identificados, para a instalação de painéis fotovoltaicos com vista à criação de uma Comunidade de Energia Renovável, para venda de energia a preços abaixo do mercado a famílias com dificuldades económicas que habitam em instalações municipais sociais, desde que estejam na área de abrangência, devendo o concessionário integrar as seguintes atividades:

- 1) Desenvolvimento do projeto de engenharia;
- 2) Licenciamento das instalações junto das autoridades competentes;
- 3) Instalação dos ativos de produção de energia (painéis fotovoltaicos, suportes, inversores, cabos);
- 4) Estabelecimento formal da Comunidade da Energia (até 6 meses);
- 5) Venda de energia em horas solares a um preço abaixo do mercado, aos membros da comunidade;
- 6) Implementação de software de gestão da energia para gerir a CER;
- 7) Tratamento das questões administrativas, nomeadamente controlo de faturação (haverá faturação dupla, com compra de energia ao comercializador e à CER em horas solares);
- 8) Manutenção contínua dos ativos instalados durante o período de contrato (nomeadamente seguros, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, serviço de gestão de energia e gestão dos diversos membros da CER).

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

11. Prorrogação do prazo de vigência da Suspensão Parcial e das respetivas Medidas Preventivas do Plano Diretor Municipal (PDM)

Deliberação n.º 23/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a proposta de prorrogação, por mais um ano e por se revelar necessário [cfr. RJIGT, art.º 141.º, n.º 1], do prazo de vigência da Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal (PDM) de Coimbra e das respetivas Medidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Preventivas, estabelecidas pela Deliberação da Câmara Municipal n.º 227/2022, de 21/02/2022, com incidência sobre as áreas definidas na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, como “Solo urbano/Espaços de atividades económicas/Área de atividades económicas AE2”, aprovadas pela Assembleia Municipal, na 2.ª Sessão Ordinária de 2022 realizada a 28 de abril, sob proposta da Câmara Municipal de 18 de abril de 2022, e publicadas no Diário da República, 2.ª série, n.º 112, de 9 de junho, através do Aviso n.º 11861/2022, com a Declaração de Retificação n.º 569/2022, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 122, de 27 de junho.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

12. Projeto para a execução da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Área Empresarial da Pedrulha

Deliberação n.º 24/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou **por unanimidade**, aprovar o projeto para a execução da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples e respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Área Empresarial da Pedrulha), nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana), na sua redação atual.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

13. Freguesias/União das Freguesias

Relatório de Execução e Plano de Calendarização de janeiro a março de 2024

A Assembleia Municipal de Coimbra **tomou conhecimento** do Relatório de Execução e Plano de Calendarização de janeiro a março de 2024.

13.1. Autos de Transferências de Competências - Aditamento n.º 2

Deliberação n.º 25/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou **por unanimidade** aprovar o aditamento n.º 2 aos Autos de Transferência, conforme minutas, ao abrigo do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e conforme os artigos 2.º, 5.º e n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

13.2. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para 2024 a 2025 na Freguesia de São João do Campo e na União das Freguesias de Assafarge e Antanhol, em matéria de Proteção Civil

Deliberação nº 26/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou **por unanimidade**, aprovar a transferência dos valores para a Freguesia de São João do Campo e para a União das Freguesias de Assafarge e Antanhol, mediante a celebração de contrato interadministrativo.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

14. Nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas

Deliberação nº 27/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou **por unanimidade**, aprovar a nomeação de Leal & Associados, SROC, Lda. como Auditor Externo da Câmara Municipal de Coimbra e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

15. Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição 2023

A Assembleia Municipal de Coimbra **tomou conhecimento** do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição 2023.

Assinadas e aprovadas as deliberações em minuta e sendo 20 horas, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão.